

Itinerário da Ação Política em Antonio Gramsci*

[Itinerary of Political Action in Antonio Gramsci]

Miguel Ivân Mendonça Carneiro**

Resumo: O texto integrou Comunicação proferida no Primeiro Encontro Nacional de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília e compõe o objeto de pesquisa doutoral “em construção” acerca da ação política real a partir da liberdade e força imanente em dois momentos estruturantes do pensamento gramsciano: a) a fase juvenil (1914-1919), correspondente ao período inicial do engajamento político rumo à aderência ao movimento operário turinense; b) análise do § 48 do volume 3 dos Cadernos do Cárcere (Q 3, 48, 197) sobre a ação política real. A problemática da pesquisa é investigar quais são as exigências filosóficas gramscianas da ação política real que a distinga do idealismo utópico. Nesse sentido, quais as contribuições gramscianas rumo à nova filosofia da práxis? As pesquisas apontam que a práxis exige a consciência crítica – perpassada pela ação intelectual na formação do povo –, pois as exigências históricas já foram postas.

Palavras-chave: Filosofia da práxis. Consciência crítica. Ação política. Força imanente.

Abstract: As result of the ongoing doctoral research, this paper composes the Communication delivered at the First National Post-Graduate Meeting in Philosophy of the University of Brasilia. The thesis relates to the real political action arising from liberty and immanent power. Structured in two moments of the Gramscian thought, that is: a) the juvenile phase (1914-1919), correspondent to the initial period of political engagement towards adherence to the Turin labor movement; and b) the analysis of the 48th § of Volume 3 Prison Notebooks (Q 3, 48, 197) about the real political action. The whole problematic of the research relies in the investigation about Gramscian philosophical demands of the real political action that distinguishes it from the utopian idealism. In this sense, which are Gramscian’s contributions towards the Philosophy of praxis? The research indicates that the praxis requires a critical consciousness – passed through intellectual action in the formation of the people –, since the historical conditions are already given.

Keywords: Philosophy of praxis. Critical consciousness. Political action. Immanent Power.

*O texto a seguir é parte da Comunicação proferida no *I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Filosofia* da Universidade de Brasília (PPGFil/UnB), realizado em fevereiro de 2022.

**Mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Diplomado no Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra (ESG/MD/RJ). Professor de Filosofia do Curso de Direito do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). E-mail: mimc1789@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7574-9030>.

O debate filosófico da virada do século XIX para o XX, instigado pelo neocriticismo, reacende a filosofia prática ética e política. Ao seu recorte intelectual, Gramsci ocupar-se-á em oferecer reflexão política partindo do agir humano e sua relação com a natureza e a história, práxis efetivada mediante o engajamento. Para os revolucionários que identificavam “história” enquanto “criação do próprio espírito” rumo à ruptura definitiva – a própria revolução –, cabe substituir a “neutralidade absoluta” pela “neutralidade ativa e operante”. Nessa ambientação, Antonio Gramsci encontra-se no momento de novas construções filosóficas – sejam pelas provocações positivistas comtianas, seja pelas leituras da história promovidas por Karl Marx, Antonio Labriola e Benedetto Croce.

Interessa ao filósofo sardo responder à questão por ele posta no artigo de 31 de outubro de 1914 - *Neutralidade activa e operante*¹ acerca da qual deva ser a função do Partido Socialista Italiano na vida do povo italiano. As investigações já efetivadas apontam para a compreensão de que a responsabilidade do agir público permite ao autor propor aos trabalhadores a superação da dominação vigente através do engajamento político-cultural, a nova filosofia da práxis.

1. Ponto de partida: o jovem Gramsci

Por *jovem Gramsci* se aceita os primeiros registros intelectuais e as experiências políticas de Nino entre a insular Sardenha e a industrial Turim na primeira década de noventa sob o efervescente debate filosófico neoidealista e neocriticista vividos sob a cortina de fumaça das questões geopolíticas e econômicas da Itália.

O itinerário filosófico de Antonio Gramsci - enquanto propositura de “roteiro” ou “trajeto” que só se sabe de onde se inicia sem a segurança do seu pleno cumprimento - parte da lucidez do jovem sardo em reconhecer as características e peculiaridades da vida local e doméstica versus as possibilidades de inserção no agir nacional. Reunindo oportunidade e competência, passa a morar na ex-capital do Reino Piemonte-Sardenha. É em Turim, portanto, que se efetiva sua desprovincialização e consequente inserção *in loco* no cenário político-filosófico: o alinhamento entre os trabalhadores camponeses do sul e

¹Cf. GRAMSCI, Antonio. *Il grido del popolo*, 31 de outubro de 1914. em CT, 10-15, in GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 46-51.

aqueles fabris do Norte, a chamada *questão meridional*; o árido debate entorno do *Risorgimento* e as reflexões sobre a filosofia da práxis.

Já no escrito pré-universitário, *Oprimidos e opressores* (1910)², que abre a coletânea *Escritos Políticos*, versa sobre o atemporal conflito humano entre dominadores e dominados. Não obstante a prosa estudantil dos seus 19 anos, o texto apresentado no liceu Dettori, de Cagliari, aponta o fio condutor do seu posterior historicismo, segundo o qual cada cidadão deverá assumir a sua posição de intelectual e construtor da *história*, pois “o homem, que certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento” (GRAMSCI, 2004, p. 43). Gramsci recorre ao poema *La Madre* de Giosue Carducci para ilustrar o recorrente paradoxo humano de esse ser capaz de perseguir a liberdade e dominar, entre sofrimento e dominação, por um lado, e esperança e luta, por outro: “quando é que o trabalho será feliz? E o amor seguro?” Aceita o brocardo latim *sic vos non vobis* (uns trabalham e outros recebem a recompensa) para negar a falácia da guerra pela civilização, pois essas são para o comércio. Pelos registros do jovem Gramsci - via Revolução Francesa - a história provou que os privilégios são “produtos” sociais e não naturais, podendo ser superados, mas “os homens têm apenas um pequeno verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer a pele do lobo” (GRAMSCI, 2004, p. 46).

Conclui seu ensaio escolar afirmando “que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora!” (Idem, *ibid*), aludindo que a superação passaria por novas revoluções, inclusive sangrentas³. Não obstante a relevância do artigo só se constituir na posterior historiografia gramsciana advinda da sua *filosofia da práxis*, a argumentação do jovem estudante aponta para a clara convicção de unir filosofia ao tripé da economia política, da ciência política e filosofia.

A partir de 1911, aos vinte anos, Antonio Gramsci substitui sua posição geográfica da ilha para o centro urbano e industrial italiano, inserindo-se efetivamente na vida universitária e na atividade jornalística em Turim; tal virada

²Conforme nota de rodapé de Carlos Nelson Coutinho, página 43 da edição 2004, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, dos *Escritos Políticos*, o manuscrito “Oprimidos e opressores” trata-se de um trabalho do último ano da escola média, datada de novembro de 1910, provavelmente.

³Cf. A passagem explícita é: “a humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças” (GRAMSCI, 2004, p. 46).

de experiência de amadurecimento será narrada nos *Cadernos*:

[...] pela permanente tentativa de superar um modo atrasado de viver e de pensar; como aquele que era próprio de um sardo do princípio do século, para apropriar-se de um nacional, e tanto mais nacional (aliás, justamente por isto nacional) na medida em que buscava se inserir em modos de viver e com os modos europeus, as necessidades culturais italianas com as necessidades culturais e as correntes europeias (Q, p. 1776 CC, v. 4, p. 134-135 apud RAPONE, 2014, p. 52).

Inserido na rota nacional, Gramsci pode constatar a complexidade do agir político e o alargamento do real e suas conexões, levando-o a experienciar a falibilidade do “circunscrito” para parâmetro do “geral”, ou seja, os problemas da questão meridional exigiam soluções nacionais e cabe à política agir *a partir de e para* o raio nacional. Passa a entender a fragilidade das políticas setoriais, particularistas. O real e seus problemas necessitam da perspectiva multidimensional⁴.

Segundo Leonardo Rapone (2014, p. 52), penúria, saúde debilitada e conflitos familiares comprometeram a formação universitária e, as vésperas da Itália aderir à guerra, Antonio Gramsci abandona a universidade na primavera de 1915 depois de cursar três anos e meio de Letras. Do curso de glotologia com Matteo Bartoli (1912-1913) “reemergirá nos *Cadernos do cárcere*, nos quais a questão da língua é relacionada à organização da cultura e à função dos intelectuais, e é explorado o nexos entre linguagem e filosofia” (Idem, p. 54). A passagem pela vida universitária auxilia seu agudo senso crítico, recusando o *argumento da autoridade universitária* como critério de validade do currículo da Universidade Popular. Em edição piemontesa *Avanti!* de 29.12.1916, dispara que “verdade só é fecunda quando se fez um esforço para a conquistar, que ela não existe em si e para si, mas foi uma conquista do espírito, devendo reproduzir-se, em cada um, aquele estado de ânsia que atravessou o estudioso antes de a alcançar” (EP, v. 1, p. 104) e conclui o artigo defendendo ser mais interessante operacionalizar, via a história da pesquisa, como se atingir a certeza a partir do erro. Não se trata de um registro ingênuo ou a tentativa de um

⁴Para conhecer detalhadamente a transição da vida de Antonio Gramsci da Sardenha para Turim recomenda-se a leitura de RAPONE, Leonardo. *O Jovem Gramsci – cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, páginas 51 a 105.

currículo relativista, mas sim, já aponta seu caráter de *práxis* e sua inseparável maneira de pensar e agir sobre o real e suas demandas: a história é construção, não espera.

Encerrada a fase universitária, Gramsci se engaja, em definitivo, ao exercício filosófico político no Partido Socialista Italiano (PSI) até o desfecho da sua prisão, quando passa a redigir encarcerado.

1.1 Reviravolta

Dos registros gramscianos, a reflexão político-filosófica deve partir do agir do Homem e sua relação com a Natureza e a História, explícita influência de Nicolau Maquiavel para quem a tomada de consciência oriunda da *práxis*.

A questão posta é rejeitar a neutralidade absoluta e, especialmente, definir o modo da neutralidade. Gramsci se posiciona e reconhece que os trabalhadores só podem reagir mediante o mínimo preparo organizacional e intelectual, mas isso já aconteceu, recusando veementemente a fórmula “neutralidade absoluta”. Para os revolucionários que identificam “história” enquanto “criação do próprio espírito” resultante da série de rupturas temporárias rumo à ruptura definitiva – a própria revolução – só cabe substituir a “neutralidade absoluta” pela “neutralidade ativa e operante”. Aqui reside a *práxis*, a tomada de consciência por parte dos trabalhadores das dinâmicas efetivadas pelo Estado burguês para se manter no poder via *violência* pela lei e coerção legal (*Gewalt*). Alerta Gramsci: “cabe observar que não é sobre o conceito de neutralidade que se discute (neutralidade, entenda-se bem, do proletariado), mas o *modo* dessa neutralidade” (GRAMSCI, 2004, p. 48).

Gramsci não só critica abertamente o uso manipulador da suposta “neutralidade absoluta”, de interesse exclusivo dos reformistas dispostos a assistirem a outra classe se organizar em detrimento dos trabalhadores, como convoca os trabalhadores a assumirem suas responsabilidades:

O que significa devolver à vida da nação o seu genuíno e natural carácter de luta de classes, enquanto a classe trabalhadora, obrigando a classe detentora do poder a assumir as suas responsabilidades, obrigando-a a levar até ao absoluto as premissas de que extra a sua razão de existir, a aguentar o exame da preparação com que procurou chegar ao fim

que dizia ser-lhe próprio, a obriga (no nosso caso, em Itália) a reconhecer que faliu completamente no seu objectivo, pois conduziu a nação, de que se proclamava única representante, para um beco sem saída, do qual só poderá sair abandonando ao próprio destino todos aqueles institutos que do seu presente e tristíssimo estado são directamente responsáveis (GRAMSCI, 1976, p. 67).

A emergência instalada exige o reconhecimento dos antagônicos propósitos entre burguesia e trabalhadores, admitindo o dualismo e recusando-o como “natural” e “necessário”. Através do agir (*tomada de si como agente construtor do real*), daquela tomada de consciência de classe, é que se instaura a sua superação, instalada pela política e pela moral, e não naquela suposta superação natural da história. Os trabalhadores devem, portanto, substituir a classe dominante burguesa, admitindo uma graduação do imperfeito ao perfeito no interior da classe trabalhadora. Não existe, insistirá Gramsci, “destino” nem função histórica para a burguesia que solape a ação consciente e ativa dos trabalhadores. Portanto, só através da consciência de si e do seu agir público que os trabalhadores superarão a dominação secular recebida pelos dominantes, rompendo a sequência de subalternidade.

O texto de 31 de outubro de 1914, *Neutralidade ativa e operante*, representou amadurecimento e ponto nodal no itinerário gramsciano de ordem filosófica, pois abriu divergência com Angelo Tasco e com o Partido Socialista Italiano sobre apoiar ou não o ingresso da Itália na guerra frente à posição do então integrante do PSI, Benito Mussolini⁵, ou seja, não havia uma convergência filosófica acerca dos pressupostos da ação prática do PSC, da burguesia e dos trabalhadores.

Um erro de impressão (falta uma linha) potencializa o “pântano” possível das interpretações e tomadas de posições dos efeitos do artigo de Gramsci e sua trajetória filosófica e política. Escrito aos 24 anos, sua posição, para alguns, a exemplo de Angelo Tasca, foi creditada na conta da imaturidade e período juvenil. Observa Leonardo Rapone (2014, p. 23-24) que “o artigo de 31 de outubro de 1914 é um dos mais conhecidos, mas também dos mais controvertidos e

⁵O caso Mussolini se configura em 18 de outubro de 1914, quando esse publica “Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e operante” instaurando a guinada de sua interpretação sobre o papel do Partido Socialista Italiano e quais os papéis e meios de ação tanto da burguesia quanto dos trabalhadores em relação a nação italiana e sua eventual aderência ao conflito mundial. Ao declarar publicamente sua posição favorável a intervenção, a situação de Mussolini no interior do PSI é de rejeição e isolamento, levando-o a sair do partido em 20 de outubro de 1914.

enigmáticos [...] por causa da efetiva obscuridade do texto de Gramsci, caracterizado por uma argumentação não linear”.

No auge da sua juventude de 20 anos, em curso se encontra a formação e tomadas de posições do jovem Gramsci ainda suscetível à herança dos seus referenciais filosóficos, a exemplo de Hegel, Marx, Labriola, Croce e Gentile, mas, sem nunca perder a clareza do seu ponto de partida: a filosofia da práxis.

Os estudos de Domenico Losurdo (2011) *Antonio Gramsci do liberalismo ao “comunismo crítico”* nos auxilia a compreender a biografia intelectual, quando “Croce e Gentile são postos por Gramsci em conexão com a Itália derivada do *Risorgimento*: contra eles se insurgem os ambientes ‘clericais’”. Para Losurdo, em sua fase juvenil Gramsci é um liberal, pois

Na realidade, depois do artigo de 31 de outubro de 1914 [...] levando em conta as lições de Croce e Gentile, contra os círculos mais exaltadamente chauvinistas que pretendiam subordinar completamente a cultura à total mobilização bélica e considerar e celebrar a guerra como a cruzada de uma civilização superior contra a civilização inferior ou, verdadeiramente, contra a barbárie.

[...] fazendo constante referência a Croce e Gentile (naquele momento com posições solidamente liberais), assumindo tais posições, Gramsci começa de alguma maneira como liberal. O que não entra em contradição com o vivo interesse por Marx, cuja interpretação é mediada pela leitura dos dois filósofos neoidealistas (LOSURDO, 2011, p. 23).

As pesquisas apontam que o filósofo sardo, desde sua juventude insular ao movimento sindical e engajamento no Partido Social Italiano, não arredara seu compromisso de entender, estudar e ensinar a filosofia enquanto ação integral de visão de mundo (filosofia da práxis), segundo a qual a História não pode ser o acúmulo passivo de um suposto “desenvolvimento natural” da vida coletiva. A matriz de seu pensamento é o engajamento de fora para dentro, ou seja, dos subalternizados para o interior do poder assim como é da periferia urbana para a tomada de posições capazes, em longo prazo, inserir cada vez mais trabalhadores (desprovidos de direitos e treinados a se subalternizarem), na reprodução falaciosa de neutralidade, nas ações decisórias da vida político-social.

O agente da História é o Homem (em relevo o trabalhador, o camponês, o subalterno), o responsável em reagir ao poder do Estado burguês exercendo sua responsabilidade de consciência do agir público, cabendo, ao PSI - enquanto integrante da Internacional -, fornecer a devida educação ao cidadão. Eis então a possibilidade de se formar o novo Estado proletário: educação, esclarecimento, senso crítico sobre o real e compreensão imanente da realidade política como processos entre a disputa de força entre a burguesia consciente do seu poder e o proletariado buscando se conhecer, se constituir como elemento real de cultura e poder, mas desarticulado *culturalmente*.

Deriva da juventude sarda e turinense a *montagem* filosófica gramsciana a partir das condições reais dos subalternos, condições essas não atomizados nem naturais e sim devem ser filosoficamente analisadas a partir da historização integral e participação das massas na política, constituindo a ação política real.

2. Ação política real

Antônio Gramsci aborda a questão da *ação política real* no § 48 do volume 3 dos *Cadernos do Cárcere* (Q 3, 48, 197) subsumindo-a no discurso filosófico do devir da liberdade e da força imanente pela via da “espontaneidade”, “direção consciente” e “espírito popular criativo”, tidas pelo autor como atividades potencialmente constitutivas dos homens enquanto seres pensantes (“filósofos”), pois “é preferível ‘pensar’ sem ter consciência crítica, de forma desagregada e ocasional do que ‘participar’ de uma concepção de mundo, ‘imposta’ mecanicamente, do ambiente externo, isto é, de um dos tantos grupos sociais nos quais cada um é automaticamente envolvido desde sua chegada ao mundo consciente” (Q 11, 12, 1375 – tradução nossa). Contudo, alerta o autor, é necessário desenvolver a consciência crítica. Cabe formular o seguinte problema: mesmo recorrendo às categorias objetivas de movimento operário e das estratégias político-parlamentar e político-legal burguesas dos séculos XIX e XX, quais são as exigências filosóficas gramscianas da ação política real que a distingua do idealismo utópico? Pode-se afirmar que sua leitura sobre o pensamento marxiano instaura o corte teórico-filosófico a favor do materialismo suficientemente capaz de refundar a base relacional filosófico-política, por outro lado, também condicionara a superação proletário-burguesa às exigências de determinadas *condições*, portanto, pergunta-se: quais as contribuições gramscianas rumo à *nova* filosofia da práxis?

Os registros gramscianos alertam para a multilateralidade do termo “espontaneidade” capaz de suportar diferentes definições assim como negam existir “espontaneidade pura” na história sobre uma ordem mecanicista. O elemento da espontaneidade é característico da “história das classes subalternas” desprovidas de consciência de classe “para si” por serem marginais e periféricas, espoliadas da própria historiografia documental. Não obstante haver multiplicidade de elementos de “direção consciente” nos movimentos, eles não ultrapassam a própria concepção de mundo tradicional daquele estrato social que o engendrou. Mesmo a partir das inovações teóricas do movimento operário, Gramsci propõe um desenvolvimento crítico dessas próprias inovações teóricas. Eis a tarefa filosófica de Gramsci: restituir aos movimentos e aos operários sua *valorização* historiográfica, política, social e filosófica – sua práxis - através da autonomia do sujeito e valorização testemunhal de partícipes históricos ativos na reconfiguração relacional entre dirigidos e dirigentes (Q 25, § 2, p. 2283).

A virada moderna de classe subalterna⁶ para a classe dirigente requer distinguir elementos “ideológicos” daqueles da ação prática alcançados pela educação e conduzidos a suprassumirem os movimentos “espontâneos” rumo à ação real prática capaz de reconduzir a classe subalterna à condição de sujeito autônomo e dirigente. Para Gramsci, política (ação real) e investigação teórica não se confundem. A ação política real se aplica aos homens reais advindos de determinadas relações históricas, sentimentos e modo de ver. Em vista de tornar o elemento “espontaneidade” homogêneo, caberá à filosofia da prática *educá-lo e orientá-lo* apartando-o das superficialidades e arbitrariedades, pois se trata de um enfrentamento historicamente necessário para engendrar na “massa uma consciência ‘teórica’, de criadora de valores históricos e institucionais, de fundadora de Estados” (Q 3, 48, 199).

O que está em curso é sua concepção dialética explicitada no *Caderno 11*, § 12, p. 1425: a dialética “pode ser apenas concebida, em toda a sua fundamentalidade, apenas se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original que inicia uma nova fase da história e no desenvolvimento do pensamento mundial” (Q 11, 12, 1425 – tradução nossa). Por integralidade entenda-se não apartar o Homem da sua história, mas reconhecer sua historicidade enquanto advinda da ação do sujeito, o que implica substituir os antigos

⁶Sobre a questão da subalternidade em Antonio Gramsci recomenda-se consultar o trabalho de Marcos Del Roio, *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018. “A categoria de revolução passiva, depois de esclarecida a acepção utilizada por Gramsci, serve como instrumento de compreensão do significado da nossa época, que é (como hipótese de trabalho) a da crise orgânica do capital” (DEL ROIO, 2018, p. 14).

critérios de “validade” e “consciência” – que exigiam antecipadamente adequação e correspondência da história em curso à teoria abstrata – pela realidade em curso, portanto, forjada *pela* e *na* historicidade do vivente. Do contrário, afirmará Gramsci, a “concepção é apenas uma expressão de passividade” (Q 3, 48, 200).

Superar a passividade supracitada é a tarefa da tradutibilidade, conceito reelaborado por Gramsci entre os anos de 1932 e 1934 (LACORTE in LIGUORI; VOZA, 2017, p. 467). Sobre a filosofia da práxis explica Rocco Lacorte:

É isto que revela o coração da filosofia da práxis de Gramsci e permite entendê-la em profundidade. Desta “tradutibilidade” deriva uma série de critérios para interpretar a realidade. Portanto, a tradutibilidade expressa não só um jeito novo de ver o mundo e de construção do pensamento, mas implica também uma nova consciência. Isto é, a tradutibilidade é o conceito por meio do qual pensa-se na teoria como algo que muda (ou pode mudar) o mundo; e na prática como algo que mudando o mundo muda (ou pode mudar) também a teoria. Iluminada com o conceito de tradutibilidade, entende-se porque a filosofia da práxis se põe como objetivo fundamental realizar uma grande reforma intelectual e moral das massas populares, por meio de um trabalho político-pedagógico-cultural, de modo a traduzir suas lutas e aspirações em uma nova e revolucionária filosofia e realidade (LACORTE, 2014, pp. 59-60).

Sua filosofia da práxis só pode ser entendida enquanto conjunto prático-teórico em movimento, capaz de unir “teoria” e “prática” mediante sua apropriada tradução em linguagens comuns às experiências quotidianas na sofisticada operação de investigar o real circunstancial, circunscrito nas especificidades culturais para “‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato” (Q 3, 48, 201).

Seu enfrentamento com a utopia data do jovem Gramsci, mais precisamente em 25 de junho de 1918, no texto *Utopia* disponível nos *Escritos Políticos*, volume 1 (EP 1, pp. 200-209, 2004), onde já divergira do reducionismo da eficácia do legalismo constitucional, pela pretensão de solucionar as demandas circunstanciais e históricas pelo ato legislativo como se força de lei natural tivesse.

O texto rebate as críticas que imputavam caráter utópico à Revolução Russa. Gramsci demonstra o hiato entre a premissa (estrutura econômica) e a consequência (Constituição política) ao registrar que a história e a “humanidade” furtam-se à previsibilidade matemática (idem, pp. 200-202). Ao contrário, é “ato impuro”, obscuro, imprevisível. Distingue, também, o juízo histórico (a exemplo da eficácia da Revolução e o papel do seu líder, Lenin) do ato político imediato (relutar contra a ruptura burguesa estatal) sendo imperioso ultrapassar a adaptação ao ambiente (idem, p. 203). Defende Gramsci o caráter único do fenômeno histórico regido exclusivamente pelo princípio da liberdade (idem, p. 204). Ser utópico é negar a autonomia da história concebendo “futuro” pré-determinado e determinista (idem, p. 204).

Filosoficamente trata-se de entender “a liberdade enquanto força imanente da história [...] e o socialismo é um devir, um desenvolvimento de momentos sociais cada vez mais ricos de valores coletivos” (idem, p. 207). Eis a nova ordem: superação do “naturalismo” burguês pela inserção do proletariado no poder do Estado, um Estado operário total, gerando tarefa histórica ao partido (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 25 – de 1º de janeiro de 1921). Caberá à filosofia, portanto, corroborar na “direção consciente” do devir da história, pela tradutibilidade, do individual ao coletivo (Q 10 II, 44, 1330).

Gianni Fresu (2016) analisa a posição de Gramsci ante o uso do pensamento marxiano por uma *espera messiânica*; segundo o autor, tal postura atribuiria um papel passivo ao proletariado, impondo a “crença” do curso autônomo da história, exigindo das lutas de classe a postura de “espera”. A reação gramsciana advém de seu contato com a literatura de Lenin, que em 1921 afirmara: “não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua” (LENIN apud GRAMSCI, 1984, p. 80), estimulando o pensador sardo a desenvolver seu conceito de tradutibilidade.

Urge traduzir para cada país (línguas) suas possibilidades do processo histórico. O desafio, porém, é organizar e disciplinar a nova ordem junto ao proletariado, coadunando autonomia política e social. Revolução, em Gramsci, implica aceitar o processo de desenvolvimento da luta quotidiana, de modo concreto – ação política real – em favor das transformações sociais. O jovem Gramsci, via Antonio Labriola, resgata o pensamento marxiano enquanto modalidade de participação ativa na vida pública, portanto, instrumento de libertação através da disciplina e educação dos trabalhadores. Na contramão, a herança dialética hegeliana rejeita a validade do coletivo (aqui, o proletariado)

suprassumir o caráter científico, filosófico e político de um processo histórico (aqui, a Revolução). Segundo Fresu, Gramsci – também na contramão do afã do momento – exige prévia capacitação do proletariado para assumir a formação do Estado total, ou seja, primeiramente cabe à filosofia da práxis organizar o coletivo para, posteriormente, organizar a revolução. Nesse sentido, a educação apresenta-se como condição necessária e objetiva ao processo de ruptura entre a velha política burguesa e a nova política proletária. Eis o impasse entre as posições idealista e materialista.

Se a filosofia da práxis propunha a reforma popular moderna, o idealismo defendeu a “ordem natural” dos fatos sociais, ignorando, por exemplo, a realidade objetiva exterior e as ideias do Homem. Para Gramsci, Antônio Labriola defende o marxismo como doutrina favorável à filosofia da práxis. Inclusive, é Labriola a única referência marxista italiana no período de *L'Ordine Nuovo*.

Na fase dos *Cadernos*, Gramsci aproxima a filosofia ao materialismo histórico na medida em que interpreta a realidade social como unidade entre pensar e agir, gerando certa integralidade. Nesses termos, pode-se dizer que é com Labriola que se encontra, como limite teórico do socialismo italiano, o positivismo e o evolucionismo-parlamentar. Nesse cenário, Labriola defende a autonomia ideológica do pensamento marxiano: rejeita o uso retórico, desvirtuado então pelo idealismo italiano, do termo “dialético”, e explica o pensamento como ato em movimento. Nota-se Labriola a preparar as bases intelectuais do comunismo crítico e gramsciano, ao propor tratar o marxismo como método de pesquisa, fundado no materialismo histórico enquanto fio condutor, pois “le idee non cascano dal cielo; ne noi riceviamo Il bem di Dio in sogno” (LABRIOLA, 1974, p. 90)⁷.

Gramsci criticara a superstição da crença no progresso científico, no nascimento da espera e na concepção mecanicista. Sua pretensão é unir a fratura entre teoria e prática e a postura apartada entre intelectuais-dirigentes e a massa proletária, negando quaisquer abordagens deterministas, responsáveis pelo nascimento de uma filosofia ingênua e errônea ao separar *pensamento* e *ação*.

A superação gramsciana previa, de acordo com Fresu (2016): 1) envolver os jovens socialistas na ação política real; 2) retorno às origens da fala marxi-

⁷As ideias não caem do céu; nem nós recebemos o bem de Deus dormindo. Tradução nossa. Cf. LABRIOLA, Antonio. *Del materialismo storico*. Roma: Riuniti, 1974, p. 90.

ana; 3) identificar o ato histórico como resultado da conjugação entre homem, realidade, instrumentos de trabalho e vontade política. Por seu lado, Labriola, seguimos com Fresu, denuncia que o materialismo filosófico vigente excluiria a história, devendo o materialismo investigar as condições materiais do mundo histórico social. Apontaria, acrescenta o comentador, o cadafalso entre o positivismo e Feuerbach ao elevar o indivíduo como origem e ponto de chegada sem antes compreendê-lo em sua morfologia histórica.

As proposições gramscianas exigem a “hegemonia política” vastamente apresentada nos *Cadernos*, primeiramente no Q1, 44, 41 até a última recorrência no Q 29, 3, 2346. Sua intenção é substituir os termos “preeminência” e “supremacia” utilizados pela linguística, psicologia, antropologia, religião, literatura e economia por outro termo (no caso, o de hegemonia, que tomara de Labriola tal como usado em 1897) capaz de remeter a um novo humanismo. É o que se lê no Q 10 II, 6, 1245: “a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de ‘hegemonia política’, uma vez que não se reconhece mais aqueles elementos transcendentais ou metafísicos. É a história – de ação e liberdade em devir – da intervenção humana a instância instauradora da vida política, ou seja, o fazer da própria história. Na fase do pensamento filosófico do Gramsci maduro, nota-se nova fase relacional entre o Homem e as forças sociais, pois, diferente da tese originária marxiana, as “condições” favoráveis do agir político já estão postas porque é o agir do sujeito que faz – conforme desenvolve nos parágrafos 17 a 42 do *Caderno 4* acerca da tradutibilidade, delegando aos sujeitos políticos reais a subjetividade, portanto, autonomia, fruto do trabalho humano. Por fim, a ação política traz para o discurso filosófico a espontaneidade e direção consciente, tema enfrentando desde a juventude (1924-1934).

Segundo o autor, as “condições” para se instaurar um *locus civis* baseado na equidade já estão postas, pois:

- A história é resultante da ação comum do cidadão, ação do sujeito.
- Pode-se instaurar um novo humanismo, segundo o qual todos os homens pensantes são intelectuais, devendo superar a apartação naturalizada entre intelectuais e operários.
- O *locus civis* é a própria integralidade, unindo no tempo e no espaço, o agir intelectual e a ação prática.
- Não há ordem natural diante a autonomia humana de produzir fatos sociais.

- A tarefa da filosofia [da práxis] é efetivar tradutibilidade, via educação do trabalhador.

O percurso supracitado terá sua estrutura de tese em três capítulos, a saber: “Espontaneidade e direção consciente”, “Filosofia da práxis e a questão das relações de força”, “Superação da subalternidade e a formação do Estado novo”.

Considerações finais

Portanto, os registros gramscianos acerca da ação política real e o devir da liberdade enquanto força imanente, como as dimensões conceituais de “espontaneidade”, “ação política real” e “direção consciente” formam uma constelação de soluções postas pelo autor para lidar com a passagem e conquista da subjetividade política autônoma do proletariado.

Dentre as contribuições originárias deixadas por Gramsci pode-se destacar sua capacidade de entender a atividade filosófica como forma imanente, realidade orgânica inata do ser humano que se realizada através da atividade política, a filosofia da práxis como força imanente porque a história é construção da ação do sujeito. Nesse sentido, a atividade intelectual é inerente ao próprio ser humano, sem apartação entre categorias. Contudo, não se trata de pensamento “solto” ou espontâneo e sim *educado*. Inclusive, eis a tarefa da filosofia da práxis junto aos trabalhadores: traduzir as condições necessárias para superar a subalternidade mediante a criação de um novo Estado.

Referências

- AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe. *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- BADALONI, N. "Gramsci: a filosofia da práxis como previsão". In HOBSBAWM, E. (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. v. X.
- BARATA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto*. São Paulo: Unesp, 2011.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- _____. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. *Marxismo e política*. São Paulo, Cortez, 1994.
- CROCE, Benedetto. *Materialismo histórico e economia marxista*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2006.
- ESPOSITO, Roberto. *Pensamento vivo: origem e atualidade da filosofia italiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2014.
- _____. *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. New York: [s/e], 2014.
- _____. *O ressurgimento e a unificação da Itália*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- _____. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- _____. *Escritos políticos*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Escritos políticos*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *L'Ordine Nuovo: 1919-1920*. Turim: Einaudi, 1954.
- _____. *Scritti giovanili*. Turi: Einaudi, 1975.
- _____. *Il Risorgimento*. 3. ed. Roma: Riuniti, 1996. (Biblioteca del pensiero moderno).
- _____. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- LABRIOLA, Antonio. *Del materialismo storico*. Roma: Riuniti, 1974.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci: do liberalismo ao "comunismo crítico"*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- MELLO, A. F. de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo, Cortez, 1996.
- RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018.
- _____. (org.). *Marxismo e oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Ícone, 2008.
- _____. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Fapesp, 2005.
- TOGLIATTI, P. *Storia come pensiero e come azione*. *Rinascita*, 11-12, Roma, Riuniti, 1954.
- VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antônio Gramsci 1926-1937*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

Recebido: 29/03/2022

Aprovado: 10/04/2022

Publicado: 30/04/2022

